



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES REMUNERADOS DA  
COMARCA DE MARIALVA –PR

PROCESSO SELETIVO 01/2013

PROVA DE JUIZ LEIGO

**Questão nº 01 (valor: 0,15 )**

Indique pelo menos três princípios que se aplicam aos juizados especiais:

- I) \_\_\_\_\_;  
II) \_\_\_\_\_;  
III) \_\_\_\_\_.

**Questão nº 02 (valor: 0,15 )**

O Juizado Especial Cível da Justiça Comum é competente para processar causas de até 40 salários mínimos e o Juizado Especial Cível Federal de até sessenta salários mínimos. Falso ou verdadeiro? ( ).

**Questão nº 03 (valor: 0,15)**

Não sendo complexa a causa, o Juiz poderá se utilizar de técnico ( com apresentação de parecer técnico ) como meio de prova para esclarecimento dos fatos. Falso ou verdadeiro? ( ).

**Questão nº 04 (valor: 0,15)**

Nas causas de até vinte salários mínimos, a representação processual ( por parte de advogado ) é obrigatória. Falso ou verdadeiro? ( ).

**Questão nº 05 (valor: 0,15)**

Quanto à competência, há duas correntes de interpretação, uma que entende que a competência do Juizado Especial é absoluta e outra que é relativa. Contudo, tem prevalecido o entendimento majoritário que se trata de competência relativa, de modo que a parte pode optar entre promover a ação no Juizado Especial ou na Justiça Comum. Falso ou verdadeiro? ( ).



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Questão nº 06 (valor: 0,15)**

A, empresa comercial, cedeu seu crédito para B ( pessoa física ) e este promoveu a cobrança judicial do crédito junto ao Juizado Especial Cível. É parte legítima ativa ou não. Responda sim ou não ( ).

**Questão nº 07 (valor: 0,15)**

Numa ação, F alega que fez a portabilidade do número de telefone ( 3232-2000 ) para a ré G, mas não recebe ligações das operadoras “x” e “z”. Na audiência de instrução e julgamento, presente o juiz leigo, F pediu que fosse feita uma ligação para esse número da audiência como meio de provar a alegação, o que foi deferido e cuja providência foi registrada em ata. Qual o tipo de prova foi produzida:

- a) inspeção ( )
- b) prova técnica ou pericial ( )
- c) prova testemunhal ( )

**Questão nº 08 (valor:0,15 )**

Neste mesmo caso acima, após a coleta dessa prova, as partes insistiram na continuidade da instrução e o Juiz Leigo achou por bem em tomar os depoimentos das partes e das testemunhas ( duas da parte autora e uma da ré ). Qual a ordem prevista em lei para colheita dessa prova:

- a) \_\_\_\_\_;
- b) \_\_\_\_\_;
- c) \_\_\_\_\_;
- d) \_\_\_\_\_.

**Questão nº 09 (valor:0,25 )**

Neste mesmo caso hipotético, ao se tomar o depoimento da testemunha Z, arrolada pela parte autora, a ré contraditou-a. A testemunha já havia sido qualificada, compromissada e o Juiz Leigo havia começado a perguntar sobre o que sabia sobre os fatos. É correto afirmar que havia precluído o direito de ser contraditada? Sim ou não: ( ).

**Questão nº 10 (valor: 0,25) A resposta definitiva deve ser dada nesta questão!**

O juiz leigo, antes de ouvir a testemunha, deverá qualificá-la e perguntar se mantém relações com as partes, se é parente, qual o grau de parentesco, se é amiga íntima ou inimiga das partes, se tem algum interesse na causa em julgamento etc. Afastadas todas as hipóteses que a impedem de ser



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

compromissada, quais os termos utilizados pelo Juiz para compromissá-la:

---

---

---

**Questão nº 11 (valor: 0,25)**

Numa audiência de conciliação, “R”, réu na ação proposta por “Q”, apresentou documentos provando que este ( “Q” ) já havia movido outra ação no juízo comum a respeito dos mesmos fatos, cuja decisão foi proferida em primeiro grau e estava em fase recursal e arguiu a preliminar de coisa julgada. Trata-se de coisa julgada. Sim ou não ( ).

**Questão nº 12 (valor: 0,25)**

É verdadeiro afirmar que o litisconsórcio é admitido no Juizado Especial Cível, mas não a intervenção de terceiros. Com base nessa afirmação, analise a questão a seguir: “E” comprou um carro de “H”, que foi financiado no banco “G”. Tendo em vista os problemas que constatou no veículo, ingressou com ação para rescindir a compra e venda e anular o financiamento, mas propôs a ação apenas contra “G”. O juiz julgou a ação, deferiu o pedido e anulou o contrato de financiamento. Agiu com acerto? Responda sim ou não ( ).

**Questão nº 13 (valor: 0,25)**

Com base nessa mesma proposição, responda sim ou não: a) se a parte tivesse movido a ação apenas para rescindir o contrato de compra e venda, a ação deveria ter sido proposta somente contra H? ( ).

**Questão nº 14 (valor: 0,25)**

Ainda com base na mesma proposição, se a intenção era rescindir o contrato de compra e venda e também o financiamento, estaríamos diante de que instituto processual: \_\_\_\_\_.

**Questão nº 15 (valor: 0,15)**

Cabe reconvenção no Juizado Especial Cível. Sim ou não ( ).

**Questão nº 16 (valor: 0,20)**

Conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial, o Espólio pode ser parte no Juizado Especial Cível, desde que nenhum herdeiro seja incapaz. Sim ou não ( ).



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Questão nº 17 (valor: 0,15)**

O preso, a massa falida e o incapaz poderão ser partes legítimas passivas no Juizado Especial Cível. Sim ou não ( ).

**Questão nº 18 (valor:0,20 )**

A incompetência absoluta pode ser arguida a todo o tempo, enquanto que a relativa somente deve ser na contestação. Esta afirmação é falsa ou verdadeira ( ).

**Questão nº 19 (valor: 0,25)**

Assinale a alternativa correta:

- a) ( ) o ato processual realizado por meio de precatória é uma exceção ao princípio da indelegabilidade da jurisdição;
- b) ( ) por força do princípio da aderência da jurisdição ao território, fora da circunscrição territorial o juiz não exerce a jurisdição, não é juiz, mas mero cidadão;
- c) ( ) os magistrados no Brasil somente após dois anos de exercício no cargo é que adquirem a vitaliciedade.

**Questão nº 20 (valor: 0,25)**

Acerca da prescrição, assinale a alternativa correta:

- a)( ) o juiz nunca poderá suprir, de ofício, a alegação de prescrição;
- b)( ) a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários sempre aproveitará aos demais;
- c)( ) a interrupção da prescrição, nos casos ditados pelo atual Código Civil, poderá ocorrer somente uma única vez;
- d)( ) o prazo de prescrição do direito de ação a ser ajuizada no juízo cível, originária de fato que deva ser apurado no juízo criminal, flui independentemente da respectiva sentença criminal definitiva.

**Questão nº 21 (valor:0,25 )**

Examine as assertivas abaixo:

- a) Na composição dos juizados especiais a figura do juiz leigo instituída pela Lei 9.099/95, depende exclusivamente de lei estadual para fixar limites funcionais, remuneração, não sendo obrigatório o afastamento do exercício da advocacia perante os juizados especiais, porquanto não se exige que esteja inscrito como advogado nos quadros da OAB.
- b) O sistema recursal dos juizados especiais legitima que a revisão dos julgados se dê por turma recursal composta por juízes do primeiro grau de jurisdição que se encontram, obrigatoriamente, afastados da competência para juiz de juizado especial.



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

c)- O pedido contraposto no juizado especial está à disposição de qualquer dos réus que forem chamados a compor a lide nesse sistema, independente da limitação para ajuizamento de ação segundo a Lei 9.099/95.

d) O valor máximo para ajuizamento de ação perante o juizado especial compreende a unidade de pedidos, podendo ultrapassar a limitação legal quando forem propostos pedidos diversos, e a sentença não ficará restrita à limitação legal.

**Questão nº 22 (valor:0,25 )**

A Lei 9.099/95 atribui competência ao juizado especial para conhecimento de causa de qualquer natureza ou valor, respeitada a opção das partes, independentemente de ter havido ou não acordo extrajudicial.

- a)  todas as assertivas estão corretas;
- b)  as assertivas II, III e IV estão corretas;
- c)  as assertivas II e IV estão corretas;
- d)  todas as assertivas estão incorretas.

**Questão nº 23 (valor:0,40)**

Analise as seguintes afirmações:

1) São requisitos obrigatórios das sentenças ( menos as homologatórias ou de extinção sem resolução do mérito ) proferidas no Juizado Especial Cível o relatório, os fundamentos e o dispositivo.

2) A sentença terá plena e total eficácia mesmo que o valor ultrapasse o limite de alçada no Juizado Especial Cível.

3) O juiz togado não poderá determinar a realização de provas que reputar de indispensáveis depois que o juiz leigo apresentar sua decisão.

4) O recurso cabível contra decisão que homologa conciliação é o inominado.

5) O prazo para recorrer no Juizado Especial Cível é de dez dias contados da ciência da sentença.

- Todas as afirmações são verdadeiras.
- Somente as questões 1, 3 e 5 são verdadeiras.
- Somente as questões 4 e 5 são verdadeiras.
- Todas as questões são falsas.
- Somente a questão 5 é verdadeira.

**Questão nº 24 (valor: 0,40)**

Analise as seguintes proposições:

1) O artigo 228 do Código Civil estabelece sobre quem não pode ser testemunha. O juiz pode admitir o depoimento de menor de dezesseis anos que presenciou um acidente de trânsito.

2) Se a obrigação for indivisível e havendo mais de um devedor, cada um será obrigado somente por parte da dívida.



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3) Havendo mais de um credor ou devedor, há solidariedade, de modo que um devedor poderá ser demandado pela totalidade da dívida independentemente de estar ou não expressa ou de ser caso de solidariedade legal.

4) Solidariedade passiva significa que todos são devedores de uma obrigação; logo, quando o credor quer receber o total do crédito, tem que propor a ação contra todos os devedores.

- I) Apenas a questão 01 é verdadeira ( ).
- II) As questões 01, 03 e 04 são falsas ( ).
- III) Todas as questões são falsas ( ).
- IV) As questões 01 e 04 são verdadeiras ( ).

**Questão nº 25 (valor: 0,40)**

Verifique as afirmações e responda:

1) Evicção é o defeito oculto da coisa.

2) Vício redibitório é a perda da coisa por força de uma decisão judicial em favor de terceiro.

3) O mandato não cessa com a morte e suas consequências se transferem aos sucessores.

4) A fiança sempre depende da concordância do devedor afiançado.

- I) Todas são falsas ( ).
- II) As questões 01 e 03 são verdadeiras ( ).
- III) Todas são verdadeiras ( ).
- IV) Somente a 04 é verdadeira ( ).

**Questão nº 26 (valor: 0,40 )**

Mais uma vez, no que toca ao Juizado Especial Cível, marque a alternativa **INCORRETA**:

- 1) ( ) Na execução de título executivo judicial, efetuada a penhora, o devedor será intimado a comparecer à audiência de conciliação, quando poderá oferecer embargos (art. 52, IX), por escrito ou verbalmente.
- 2) ( ) É vedada a acumulação simultânea das condições de preposto e advogado pela mesma pessoa.
- 3) ( ) É cabível a designação de audiência de conciliação em execução de título judicial.
- 4) ( ) Nos processos cíveis que tramitam perante o Juizado Especial, quando os réus estiverem representados por procuradores diversos, os prazos não serão contados em dobro para falar nos autos e para recorrer.





ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Questão nº 28 (valor: 2,0)**

J, pessoa física, adquiriu uma geladeira da marca “Esfriabem”, comprando-a das lojas K. Cerca de quatro meses depois, o produto apresentou defeito. O consumidor procurou a loja e esta o encaminhou à assistência técnica, onde foi ali deixado. Depois de trinta dias, como o defeito não foi solucionado ( a assistência técnica respondia que aguardava a fabricante ), J procurou o Procon e formalizou uma reclamação, mas ainda assim o problema não foi resolvido. Então, moveu ação de rescisão da compra e venda em razão do defeito, com pedido de devolução do que pagou. A ação foi proposta contra K e a fabricante Esfriabem.

A ré K alegou não ser parte legítima passiva por não ser a fabricante e esta ser conhecida. A ré Esfriabem alegou decadência porque havia transcorrido o prazo de três meses de garantia.

Com base nessa proposição, elabore uma decisão ( interlocutória ou a primeira parte de uma sentença ) somente a respeito da legitimidade da ré K e da cessação ou não do dever de garantia. (Mínimo de cinco e máximo de dez linhas).

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



ESTADO DO PARANÁ  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA